

para a Divisão de Transportes, tendo em vista o que consta do Processo nº 42796/2018-TJ.

DÊ-SE CIÊNCIA. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PALÁCIO DA JUSTIÇA "CLÓVIS BEVILÁQUA" DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 19 de setembro de 2018.

Desembargador JOSÉ JOAQUIM FIGUEIREDO DOS ANJOS  
Presidente do Tribunal de Justiça  
Matrícula 16519

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 20/09/2018 11:52 (JOSÉ JOAQUIM FIGUEIREDO DOS ANJOS)

## Diretoria Financeira

ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
2º QUADRIMESTRE 2018 (SET/17 A AGO/18)

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55 inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS <sup>1</sup> (b)
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>790.383.099,04</b>	<b>46.608,28</b>
Pessoal Ativo	790.383.099,04	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras despesas variáveis	695.230.694,66	46.608,28
Obrigações Patronais	95.152.404,38	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 DA LRF) (II)</b>	<b>137.471.723,84</b>	<b>0,00</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	2.601.238,29	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Decisão PL - TCE nº 15/2004 <sup>2</sup>	102.646.498,34	
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	28.655.185,47	0,00
Ressarcimento de servidor cedido com ônus	3.568.801,74	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		0,00
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>652.911.375,20</b>	<b>46.608,28</b>
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	13.142.933.350,42	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III a + III b)	652.957.983,48	4,97%
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III art. 20 da LRF)	788.576.001,03	6,00%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 20 da LRF)	749.147.200,97	5,70%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	709.718.400,92	5,40%

FONTE: Sistema SIAFEM

NOTAS:

1 - De acordo com a decisão PL-TCE nº 1.895/2002, inativos e pensionistas não são computados para fins dos limites específicos dos poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público e do Tribunal de Contas, conforme estabelecido no art. 20, II da LRF.

2 - De acordo com a decisão PL-TCE nº 15/2004, o valor do imposto de renda retido na fonte não deverá ser computado como

despesa com pessoal compondo os limites globais e específicos previstos nos arts. 19 e 20 da LRF, no valor de R\$ 102.646.498,34.

3 - De acordo com o Manual de Riscos Fiscais 2018 as despesas com ressarcimento de servidores cedidos com ônus para o órgão de origem, quando do efetivo ressarcimento, deverão ser excluídas da Despesa Bruta com Pessoal. O valor deduzido com ônus ressarcido foi de R\$ 3.568.801,74.

São Luís-MA, 20 de setembro de 2018.

JUREMA MAMEDE DE PAIVA  
Diretor de Controle Interno

AMUDSEN DA SILVEIRA BONIFÁCIO  
Diretor Financeiro

Desembargador JOSÉ JOAQUIM FIGUEIREDO DOS ANJOS  
Presidente

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL																		
2º Quadrimestre de 2018																		
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")														R\$ 1,00				
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS													TOTAL	INSCRITA EM			
	(Últimos 12 Meses)															RESTOS / PAGAR		
	LIQUIDADAS																(ÚLTIMOS 12 MESES)	NÃO PROCESADOS
	<MR-11>	<MR-10>	<MR-9>	<MR-8>	<MR-7>	<MR-6>	<MR-5>	<MR-4>	<MR-3>	<MR-2>	<MR-1>	<MR>	(a)					
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	71.395.430,60	56.022.790,05	55.811.633,36	90.892.274,95	60.910.135,57	65.255.273,69	61.152.469,45	59.620.504,26	61.008.579,50	85.129.317,99	60.292.572,79	59.323.315,09	786.814.297,30	46.608,28				
Pessoal Ativo	64.370.296,53	49.007.051,28	48.761.909,59	77.089.167,73	53.495.737,51	57.503.273,43	53.658.260,97	52.134.310,00	53.495.548,15	77.602.245,46	52.757.620,08	51.786.472,19	691.661.892,92	0,00				
engargos patronais	7.025.134,07	7.015.738,77	7.049.723,77	13.803.107,22	7.414.398,06	7.752.000,26	7.494.208,48	7.486.194,26	7.513.031,35	7.527.072,53	7.534.952,71	7.536.842,90	95.152.404,38	46.608,28				
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0				
DESPESAS NÃO COMPU TADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	23.206.524,04	7.873.091,33	8.083.770,26	16.155.633,81	10.773.879,41	10.620.947,11	10.192.997,36	9.000.518,37	9.843.223,55	10.162.122,52	9.166.484,39	8.823.729,95	133.902.922,10	0				
Decisão PL TCE nº 15/2004	7.446.879,66	7.376.078,11	7.251.507,24	15.013.614,40	8.072.906,09	8.169.729,43	8.259.564,23	8.084.562,97	8.183.405,96	8.456.936,86	8.167.225,01	8.164.088,38	102.646.498,34	0,00				
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	192.276,13	178.185,64	260.238,37	202.403,20	95.280,12	677.389,52	476.584,53	62.884,65	200.044,71	145.518,18	85.088,24	25.345,00	2.601.238,29	0				

Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0
Despesas de Exercícios Anteriores	15.567.368,25	318.827,58	572.024,65	939.616,21	2.605.693,20	1.773.828,16	1.456.848,60	853.070,75	1.459.772,88	1.559.667,48	914.171,14	634.296,57	28.655.185,47	0
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	48.188.906,56	48.149.698,72	47.727.863,10	74.736.641,14	50.136.256,16	54.634.326,58	50.959.472,09	50.619.985,89	51.165.355,95	74.967.195,47	51.126.088,40	50.499.585,14	652.911.375,20	46.608,28

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	<b>13.142.933.350,42</b>	-----
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)		-----
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	<b>13.142.933.350,42</b>	-----
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	<b>652.957.983,48</b>	<b>4,97%</b>
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	<b>788.576.001,03</b>	<b>6,00%</b>
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	<b>749.147.200,97</b>	<b>5,70%</b>
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	<b>709.718.400,92</b>	<b>5,40%</b>

FONTE: Sistema SIAFEM

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Nota:

1 - De acordo com a decisão PL-TCE nº 1.895/2002, inativos e pensionistas não são computados para fins dos limites específicos dos poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público e do Tribunal de Contas, conforme estabelecido no art. 20, II da LRF.

2 - De acordo com a decisão PL-TCE nº 15/2004, o valor do imposto de renda retido na fonte não deverá ser computado como despesa com pessoal compondo os limites globais e específicos previstos nos arts. 19 e 20 da LRF, no valor de R\$ 102.646.498,34.

3 - De acordo com o Manual de Riscos Fiscais 2018 as despesas com ressarcimento de servidores cedidos com ônus para o órgão de origem, quando do efetivo ressarcimento, deverão ser excluídas da Despesa Bruta com Pessoal. O valor deduzido com ônus ressarcido foi de R\$ 3.568.801,74.

## Supervisão dos Juizados Especiais

### Turma Recursal Cível e Criminal

#### Turma Recursal Única Cível e Criminal da Comarca de São Luís

**PROCESSO Nº 0000719-91.2016.8.10.0090 (5172018)**

**AÇÃO: RECURSOS | RECURSO INOMINADO**